



DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA: IMPLICAÇÕES PARA A INTEGRIDADE ACADÊMICA E PROTEÇÃO DE DADOS

SOFIA DE NORONHA PONTES; DANIELLE POMPEU NORONHA PONTES

Introdução: A evolução do uso da IAG (Inteligência Artificial Generativa) na pesquisa científica revela diversas complexidades, sendo essencial a existência de diretrizes éticas e jurídicas. Nesse contexto, é evidente a necessidade de uma abordagem responsável ao utilizar essas ferramentas, preservando a integridade acadêmica, originalidade e autoria no contexto científico. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é revisar e analisar diretrizes para o uso ético da IAG na pesquisa científica, com foco nas implicações jurídicas, como plágio, violação de direitos autorais e a proteção de dados, bem como orientar os pesquisadores a utilizarem a IAG de maneira responsável, resguardando os princípios éticos e legais. **Metodologia:** Este trabalho foi realizado através da análise de literaturas que abordam as diretrizes que regem e orientam o uso da IAG nas diversas etapas da pesquisa científica, desde o brainstorming até a análise de resultados. Também foram consideradas as implicações éticas e jurídicas associadas ao uso dessas tecnologias, destacando as questões de privacidade e segurança de dados. **Resultados:** Como resultado, nota-se a IAG como uma ferramenta útil para diversas fases da pesquisa científica, como a busca de materiais acadêmicos, coleta de dados e a análise de resultados. Todavia, o uso inadequado pode resultar em celeumas éticas, como plágio e violação de direitos autorais, além da geração de vieses e informações imprecisas. Enfatiza-se também a importância de uma compreensão crítica das limitações da IAG para garantir a qualidade e integridade da pesquisa. A regulamentação, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, mostra-se fulcral para a proteção da privacidade e a segurança dos dados no uso da IAG. **Conclusão:** Portanto, é primordial a existência de diretrizes para o uso ético da IAG, alinhadas a princípios constitucionais como dignidade humana e legalidade. O uso responsável da IAG, baseado em diretrizes éticas e jurídicas, é fundamental para promover um avanço científico aliado à integridade da pesquisa e aos direitos dos indivíduos. A formação de um ambiente de pesquisa transparente e responsável é crucial para assegurar a confiança na ciência e sua evolução.

Palavras-chave: **TECNOLOGIA; PESQUISA; REGULAMENTAÇÃO**